

ATA NÚMERO (35):

Reunião (híbrida) do Grupo de Trabalho de Pesca de Demersais e Bentónicos

Terça-feira, 15 de março de 2022

Videoconferência a partir de Novotel Madrid Center

(Calle de O'Donnell, 53, 28009 Madrid, Espanha)

Duração: 2 horas, das **16:30 às 18:30** (hora local)

O Grupo de Trabalho de Pesca de Demersais e Bentónicos, do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) reuniu-se em sessão híbrida a partir do Novotel Madrid Center e através da plataforma *Zoom*, com interpretação simultânea em português, espanhol e francês, às dezasseis horas e trinta minutos do dia (15) quinze de março de (2022) dois mil e vinte e dois.

1. Intervenção do Presidente do Grupo de Trabalho; Informações administrativas

O Sr. Juan Verdú (*Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de las Palmas*, presidente do presente grupo de trabalho) saudou e agradeceu a presença de todos os participantes. Informou que a reunião seria gravada para efeitos de ata.

A Secretária-Geral lembrou que os participantes através do *Zoom* que quisessem intervir, deviam utilizar a opção levantar a mão ou solicitar no chat. Informou que a ata da anterior reunião do Grupo de Trabalho de Demersais e Bentónicos do dia (30) trinta de setembro de (2022) dois mil e vinte e um, foi aprovada por escrito e por consenso, no dia (8) oito de fevereiro de (2022) dois mil e vinte e dois.

2. Gestão das quotas de espécies bentónicas e demersais em 2022 – apresentação da Federação das Pescas dos Açores;

O Sr. Gualberto Costa Rita (Federação das Pescas dos Açores) sumariou a apresentação, nomeadamente os assuntos relacionados com: a frota dos Açores, as artes de pesca, as espécies bentónicas e demersais da região, a gestão estratégica da pesca de pequena escala nos Açores, os totais admissíveis de captura (TACs), as quotas regionais, os períodos de defeso e tamanhos mínimos. Informou que a zona exclusiva económica (ZEE) dos Açores representa atualmente (55%) cinquenta e cinco por cento da ZEE portuguesa e cerca de (6%) seis por cento da ZEE

européia. Comentou que a área da ZEE açoriana era de aproximadamente novecentos e cinquenta e sete mil quilómetros quadrados, e integra a zona X do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES) (águas ocidentais do arquipélago) e a zona 34.2.0 do Comité das Pescas do Atlântico Centro-Este (CECAF) (águas internacionais, a sul do arquipélago). Referiu que a ZEE Açoreana tinha poucos bancos de pesca, devido à sua profundidade média de dois mil e quinhentos metros e devido ao facto de inexistir plataforma continental. Em 2018, haviam quinhentas e quarenta e oito embarcações licenciadas para pesca profissional, das quais cinco por cento maiores de dezasseis metros com uma média de dezoito pescadores por embarcação, oito por cento entre doze e dezasseis metros com média de oito pescadores, vinte e cinco por cento entre nove e doze metros com média de seis pescadores e sessenta e dois por cento menores de nove metros com média de cinco pescadores. Referiu que a frota se divide em frota costeira, com licenças artes de palangre, e linhas de mão; e a frota local, com licenças de linhas de mão, palangre, redes de emalhar, cerco, e salto e vara. Comentou que a frota costeira se dedica à captura de espécies pelágicas, cefalópodes e espécies bentónicas, demersais e de profundidade. As principais espécies comerciais eram o cherne (*Polyprion americanus*), o goraz (*Pagellus bogaraveo*), o alfonsim (*Beryx splendens*), o imperador (*Beryx decadactylus*), com valor elevado de primeira venda, e a lula (*Loligo forbesi*), o polvo (*Octopus vulgaris*), o espadarte (*Xiphias gladius*) e a veja (*Sparisoma cretense*). A gestão estratégica da pesca de pequena escala era realizada pelas entidades governamentais, em parceria com as associações de pesca profissional. Todas as ilhas tinham lotas, postos de recolha e entrepostos geridos pela entidade *Lotaçor*, onde o pescado era descarregado, classificado e vendido. Informou que existem dezanove associações de pesca profissional, incluindo o sindicato dos pescadores, e dos quais, catorze eram membros da Federação das Pescas dos Açores. A Federação das Pescas dos Açores emitia regularmente pareceres sobre a gestão estratégica da sua pesca relativamente aos tamanhos mínimos de captura de algumas espécies, à limitação de licenças e determinadas artes de pesca, aos encerramentos temporários de captura em algumas áreas e espécies, à limitação de algumas artes de pesca junto à costa, à proibição do uso de arrasto de fundo, redes de emalhar de grande profundidade, à diminuição da frota, à gestão da quota do goraz (*Pagellus bogaraveo*), dos *Beryx* sp (*Beryx splendens* e *Beryx decadactylus*) e de outras espécies, por trimestre. Referiu que foram definidos totais admissíveis de captura (TACs) para algumas espécies capturadas na região, nomeadamente para os *Beryx*, para o goraz e para o peixe espada preto (*Aphanopus carbo*).

Esclareceu que os TACs eram estabelecidos com base nos pareceres científicos do ICES e as quotas regionais eram atribuídas pelo Conselho da União Europeia, bem como as possibilidades de pesca anuais e as condições específicas da utilização. Mencionou que Portugal teve uma quota atribuída de seiscentas toneladas de goraz, com repartição da quota por ilha e limite por embarcação. Relativamente à quota do imperador (*Beryx decadactylus*), referiu que a mesma era atribuída por maré e por ano. Informou que era proibida a captura dirigida às espécies de tubarão cação (*Galeorhinus galeus*) e tintureira (*Prionace glauca*). Relativamente aos períodos de defeso e tamanhos mínimos, esclareceu que foram atualizados em janeiro de (2020) dois mil e vinte e que, posteriormente, podem ser introduzidas novas espécies na tabela e que a mesma era aplicada tanto à pesca comercial, como à pesca lúdica, pois ambas tinham como objetivo a conservação e gestão nacional dos recursos marinhos. Informou que a monitorização da pesca do atum era certificada.

O Sr. David Pávon (*Federación Regional de Cofradia de Pescadores de Canarias*) comentou que segundo a apresentação realizada pelo Sr. Gualberto Rita, a pesca de demersais dos Açores era semelhante à das Canárias, contudo diferenciavam-se relativamente à sua gestão, pois nas Canárias a gestão realizada com base no esforço de pesca e não existe um sistema de TACs e quotas, por exemplo. Questionou se estavam satisfeitos com o sistema de quotas e como era gerida a quota anualmente. Questionou também, se para as duas espécies de beryxs havia apenas uma quota.

O Sr. Gualberto Costa Rita comentou que em anos anteriores foi proibida a pesca do goraz, por não haver uma boa gestão da quota ao longo do ano e, por esse motivo, as entidades governamentais em conjunto com o setor da pesca, tentaram implementar o atual modelo de gestão. Comentou que a quota do goraz neste momento consegue corresponder às necessidades dos pescadores, contudo a quota ainda não era a que gostariam que fosse. Esclareceu que era importante uma boa gestão da quota para garantir a obtenção de mais rendimento, com menos capturas. Relativamente aos *Beryxs*, informou que os pescadores consideram que a quota atualmente estava muito aquém da abundância da espécie no mar dos Açores, particularmente a espécie alfonsim (*Beryx splendens*). Neste momento estão a tentar reivindicar junto da comunidade científica e entidades locais, a criação de cruzeiros científicos para poder comprovar o estado das unidades populacionais dos beryxs e, conseqüentemente, propor o aumento da quota. Informou que o setor das pescas propôs o aumento do tamanho mínimo dos beryxs.

Esclareceu que os pescadores pretendem separar a quota do alfonsim, da quota do imperador. Atualmente, como medida de gestão, os pescadores açorianos deixam de capturar alfonsim quando a quota dos beryxs atinge 70% e passam a capturar apenas o imperador.

O Sr. Juan Verdú agradeceu a presença dos membros da Comissão Europeia na presente reunião e informou que poderiam intervir assim que pretendessem.

O Sr. Jorge Gonçalves (Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores) comentou que a apresentação tinha sido muito esclarecedora e referiu que, atualmente, devido à inexistência de estudos científicos sobre o estado de conservação dos beryx, as quotas têm sido reduzidas como medida preventiva, o que é prejudicial para os pescadores da região. Referiu que os beryxs (alfonsim e imperador) eram espécies distintas, apesar de pertencerem à mesma família, inclusive eram capturadas a diferentes profundidades. Comentou que neste momento o **imperador é que tem mais valor comercial, e o alfonsim é a espécie com maior abundância**. Esclareceu que, **na pescaria dos beryx, a espécie mais abundante e que mais se capturava era o alfonsim**. Informou que existe um navio de investigação científica na região, designado por “*arquipélago*” que realiza saídas anuais. Contudo, **as saídas anuais de recolhas de dados, incidem mais sobre outras espécies como o goraz (*Pagellus bogaraveo*), que não os beryx**. Propôs que houvesse observadores a bordo das embarcações de pesca para recolherem dados científicos sobre as unidades populacionais dos beryxs, para sustentar a proposta de aumentar a sua quota. Mencionou que, fora da ZEE dos Açores, nas 200 milhas, principalmente na **crista médio atlântica a norte** do arquipélago e em determinados bancos submarinos na zona sul, havia navios russos a capturar a espécie alfonsim, com **a arte** de arrasto, explorando assim este recurso que é importante para os pescadores açorianos. Comentou que era importante encontrar uma boa solução para gerir a quota dos beryxs, até porque **serão** implementadas na região 30% de áreas marinhas protegidas, onde 15% **serão totalmente** protegidas.

O Sr. Gualberto Costa Rita questionou a possibilidade de se fazer uma recomendação à Comissão Europeia sobre a gestão da quota dos beryxs, apesar de não ser um tema comum a todas as RUPs.

O Sr. Juan Carlos Martin Fragueiro (OPANACEF) solicitou que se recomendasse à Comissão Europeia, a necessidade de identificar os ecossistemas marinhos vulneráveis das regiões ultraperiféricas.

O Sr. Gonçalo Carvalho (Sciaena) comentou que a gestão da quota do goraz, nos Açores, era um excelente exemplo de boa gestão. Referiu que um dos problemas das pescas de profundidade era a falta de informação, nomeadamente, o reduzido conhecimento científico. Solicitou que o CCRUP recomendasse aos Estados Membros sobre a melhoria a recolha de dados. Propôs que numa próxima reunião do CCRUP se convidasse alguém do grupo de trabalho de espécies de profundidade do ICES, para realizar uma apresentação sobre a recolha de dados.

A Secretária-Geral relembrou a recomendação número (24) vinte e quatro, aprovada sobre a revisão do documento «Azores Eco-Region», uma vez que os dados não eram consistentes, nem atuais. Informou na recomendação número vinte e quatro, foram enviadas propostas sobre a gestão das quotas dos beryx, na área 10 do ICES e sobre a importância de haver relatórios científicos do ICES, nas regiões ultraperiféricas.

O Sr. Jorge Gonçalves mencionou que tem sido implementado um bom modelo de gestão da quota do goraz e que o valor comercial da espécie tem aumentado.

3. Planos de gestão das artes de pesca tradicionais nas Regiões Ultraperiféricas

O Sr. Juan Verdu, comentou que gostaria de debater o tema dos planos de gestão das artes de pescas tradicionais nas Regiões Ultraperiféricas, para verificar se a situação das Canárias seria a mesma que as restantes RUPs. Comentou que existe falta de estudos por parte do governo local e solicitou mais esclarecimentos sobre a gestão da quota do goraz.

O Sr. Gualberto Costa Rita, informou que a gestão do goraz nos Açores, começou a ser feita com base em estudos científicos. Contudo ainda não havia estudos científicos no que diz respeito aos beryx. Comentou que a gestão das pescas deve garantir não só a sustentabilidade económica do sector, mas também a sustentabilidade ambiental e que as quotas não devem ser aplicadas sem haver conhecimento científico.

O Sr. David Pávon, concordou que a gestão das pescas atualmente baseia-se na sustentabilidade dos recursos e que, por vezes, devido à falta de dados científicos, são criadas medidas de prevenção para proibir ou limitar a captura de dadas espécies.

O Sr. Juan Verdú afirmou, que segundo a regulamentação da Zona Especial Canaria (ZEC), existem várias restrições para o setor pesqueiro. Salientou ainda que era mais eficaz aplicar regulamentações com base em estudos científicos, do que apenas por uma questão de prevenção.

A Sra. Anaïs Mourtada (*Comité Nacional de Peches Maritimes et Élevages Marins*) informou que, nas RUPs francesas, não existem uma gestão de quotas para as espécies demersais, mas que apoiam a necessidade de melhorar e aumentar os dados científico. Esclareceu que concordavam com a intervenção dos restantes membros.

O Sr. Gonçalo Carvalho, referiu que os Estados-Membros eram responsáveis pela forma como geriam as suas atividades, mas que a mesma nem sempre era a mais adequada. Mencionou que o quadro europeu da pesca lúdica era pouco esclarecedor e que deveria haver uma igualdade de regras entre os pescadores.

O Sr. Gualberto Costa Rita mencionou que as regras são as mesmas para a pesca profissional e para a lúdica, mas que, no entanto, a fiscalização incidia sobre a atividade da pesca profissional.

O Sr. Juan Verdú solicitou esclarecimentos ao Sr. Gualberto Costa Rita sobre a aplicação das quotas por trimestre e com revisão anual.

O Sr. Gualberto Costa Rita explicou que, no caso do goraz, a quota anual era repartida por trimestre, por ser mais eficaz. No caso dos beryx não era possível a quota ser repartida por trimestre, uma vez que era reduzida. Esclareceu que todas as quotas são revistas anualmente.

O Sr. Jonathan Shrives (Comissão Europeia) salientou a importância de ouvir todas as apresentações e comentou que a Comissão Europeia acompanhada com acuidade, os pareceres emitidos pelo ICES.

A Sra. Caroline Aliber (Comissão Europeia) informou que neste momento decorriam negociações com o Reino Unido sobre a partilha de TACs relativamente a algumas espécies, nomeadamente demersais. Acrescentou que, em outubro do corrente ano, haverá uma proposta da Comissão Europeia sobre a partilha de TACs com o Reino Unido. Informou que, todas as espécies são submetidas à obrigação de desembarque. Referiu ainda que, gostariam de obter mais dados sobre a pesca do peixe-espada (*Lepidopus caudatus*) e esclareceu que a captura de tubarões de profundidade continuava a ser proibida. Informou que, até (20) vinte de dezembro de 2022, esperam alcançar um acordo sobre o regulamento das águas profundas e sobre a gestão dos TACs com o Reino Unido, assim como as zonas dos ecossistemas marinhos vulneráveis (VMEs).

O Sr. Jorge Gonçalves questionou o que se poderia fazer para separar a gestão das quotas das duas espécies de beryx e informar a Comissão Europeia sobre a importância do recurso para

os pescadores açorianos. Sugeriu [que a Comissão Europeia desse](#) uma autorização da pesca acessória de tubarões de profundidade, aquando da pesca do peixe espada preto.

A Sra. Caroline Aliber informou que não seria viável fazer alterações ao novo regulamento das espécies de águas profundas, sem haver mais dados científicos. Reforçou que a Comissão Europeia optou por adotar uma abordagem de precaução, tendo em conta falta de dados sobre as unidades populacionais das espécies.

O Sr. Jonathan Shrivés informou que o ICES publicou um relatório científico sobre todos os beryx e um parecer científico sobre a espécie linguado (*Solea solea*). Comentou que a gestão de quotas era um processo demorado, pois também envolvia questões políticas. Esclareceu que dificilmente seria exequível a separação da distribuição da quota dos beryxs, por ser um processo complexo.

O Sr. Gualberto Costa Rita questionou os membros da Comissão Europeia, sobre quais os critérios e orientações para a identificação e designação das novas áreas dos VMEs, bem como os objetivos e medidas de conservação. Afirmou estar preocupado relativamente à implementação dos VMEs nos Açores, por já existirem várias áreas marinhas protegidas (AMPs). Comentou que a existência de várias medidas em conjunto, como os VMEs e as AMPs, poderiam colocar em causa o bom funcionamento do setor das pescas, uma vez que já existiam poucas zonas de pesca nos Açores. Questionou aos membros das RUPs francesas e espanholas se o Estado Membro tinha consultado as organizações do setor da pesca relativamente à implementação das áreas marinhas protegidas nas suas regiões. Comentou que a implementação de zonas marinhas protegidas deveria ser realizada em conjunto com todas as partes interessadas.

O Sr. Jonathan Shrivés esclareceu que a implementação das áreas marinhas protegidas era um assunto da competência dos colegas de outro departamento e sugeriu o envio de um email a expor a questão.

A Sra. Caroline Aliber indicou que a implementação dos VMEs está relacionada com a biodiversidade e com as áreas marinhas protegidas existentes. Concordou que dever-se-ia trabalhar em conjunto para proibir ou restringir determinadas atividades com menos impacto nos VMEs. Esclareceu que a implementação dos VMEs seria um processo acompanhado por cientistas.

O Sr. David Pávon informou que nas Canárias têm muitas áreas marinhas protegidas. Comentou que a pesca comercial artesanal poderia subsistir com o auxílio de áreas marinhas

protegidas. Concluiu informando que nas Canárias existe um plano de utilização e gestão da pesca que exclui muitas artes de pesca com as quais não operam.

O Sr. Juan Verdú deu por encerrada a reunião, uma vez que não havia mais pedidos de intervenção e todos os pontos da agenda foram debatidos.